

# REFLEXOS DA VOZ DO CAMPO

Josaphat Marinho

A marcha dos participantes do “Movimento dos Sem-Terra” para Brasília, por sua amplitude e repercussão, obriga a uma reflexão sobre o destino do país. Aqui, como em muitos povos, é comum ignorar-se o descontentamento popular. As classes dirigentes, confiadas na força do poder, desconhecem, quanto lhes interessa, o ruído da insatisfação coletiva. Somente despertam quando as vagas da irritação se convertem em maré montante de rebeldia, ou de reivindicação decidida e inconformada. Dispõem-se a ouvir no momento em que o clima já não é propriamente de diálogo, mas de exigência, de um lado, e de concessão, do outro. Perde-se a oportunidade das soluções por entendimento tranqüilo, para aceitação das que resultam do atropelo e da desconfiança.

É o que ocorreu entre nós, em diferentes situações. Na Primeira República, se não havia ambiente político e cultural para a formação de grandes movimentos populares, crescia nos maiores centros a indignação diante da perversão do processo político. As eleições e a representação eram escandalosamente fraudulentas. Com a indiferença do poder dominante. Consequência foi a Revolução de 1930. Vitoriosa essa Revolução sob o lema “Representação e Justiça”, instituiu a ditadura por quatro anos. Para que eleições se realizassem e uma Constituição democrática se elaborasse, foi necessária a Revolução paulista de 1932. Novamente instaurado o regime ditatorial em 1937, sobrevivendo o conflito mundial e afundados navios brasileiros pelas forças navais do Eixo, foi o povo em protesto nas ruas que impeliu o governo a declarar guerra à tirania nazifascista. Em 1945, com a vitória dos aliados na guerra, de que participou o Brasil com as tropas expedicionárias, foi ainda o povo, por todos os grupos sociais, que forçou o governo à concessão de anistia geral e à abertura política para as eleições e a Constituinte. Em 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares só não impediram a posse do vice-presidente João Goulart porque lhes faltou suporte, inclusive da opinião pública. O povo reagiu fortemente em defesa da legalidade.

Já na vigência da Constituição de 1988, o impeachment do presidente Collor tomou corpo e se tornou inevitável, a partir do instante em que os “cara-pintadas”, em multidão, exigiram a decisão política. Agora, vê-se a expansão das reivindicações dos sem-terra, pela reforma agrária. Não se há de recusar que providências tenham sido adotadas, assenta-

mentos realizados. A negação absoluta seria injusta. Certo é, porém, que as medidas postas em prática foram insuficientes ou inadequadas. Não geraram o clima de confiança e esperança, que transformasse as reivindicações em diálogo produtivo. As manifestações pela conquista da terra converteram-se, aos poucos, em invasões de áreas diversas. Os camponeses passaram a ocupar as terras que a lei e o governo não lhes proporcionaram. E cresceu a divergência entre eles e os governantes. Poderá haver a presença de estranhos nesse movimento, mas, sem desfigurá-lo, até aqui.

Tudo culminou na marcha para a capital da República — sede do poder federal. Organizada, disciplina-

da, dirigida com liderança. De pontos diferentes do país, camponeses, homens e mulheres, caminharam longas distâncias, para cumprir missão comum. Chegaram à terra dos dirigentes com o apoio ou a simpatia das populações por onde passaram. Jornais, estações de rádio e televisões os acompanharam e lhes divulgaram a ação com relevo, aqui e no exterior. Na capital, conversaram com os chefes dos três Poderes. A linguagem popular defrontou com a fala ilustrada, sem constrangimento. A voz simples do campo revelou o timbre claro da voz que reclama decisões certas e oportunas.

Pouco importa que o diálogo não tenha sido amplamente proveitoso, como convinha. As palavras de hoje

e até o conflito deste instante hão de provocar reflexão para o presente e o futuro. Nas causas que envolvem o interesse público e social, as opiniões emitidas não se circunscrevem aos que as proferem, nem ao dia de sua enunciação. Têm dimensão maior, que se estende no tempo, sobretudo quando há outras situações sociais, semelhante-mente injustas e graves, que pedem solução. O senso de responsabilidade dos que reclamam e dos que decidem há de encontrar um terreno comum para a preservação da paz social. Enquanto é tempo, e delimitável o espaço da controvérsia.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia

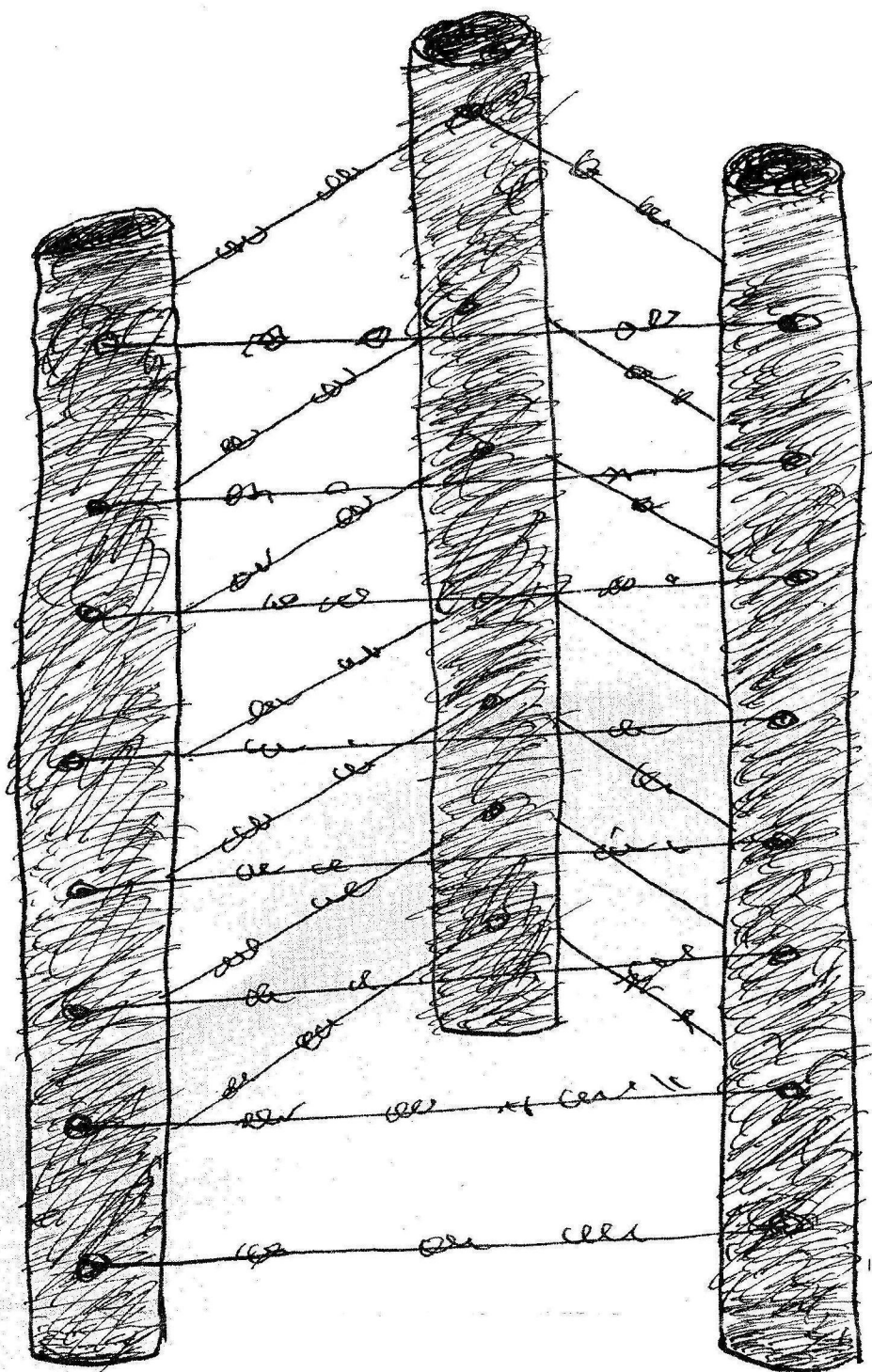


Ilustração: Fred Lobo